



## CALENDÁRIO DE OBRIGAÇÕES – MAIO/2020

<b>Prazo</b>	<b>Obrigações</b>	<b>Disposição Legal</b>
<b>Até dia 8</b>	Os órgãos e entidades executivos de trânsito do Município devem efetuar os repasses dos valores retidos das multas de trânsito arrecadadas no mês passado, relativos aos 5% destinado à conta do Funset.  OBS: Salvo se o banco já efetuou a retenção.	Art. 6º e art. 9º, da Portaria DENATRAN nº 95/2015
<b>Até dia 8</b>	Os órgãos públicos devem fazer as publicações resumidas dos instrumentos de contrato e seus aditamentos na Imprensa Oficial.  OBS.: Para os contratos assinados no mês anterior.	Parágrafo único, do artigo 61, da Lei nº 8.666/1993.
<b>Até dia 8</b>	Os órgãos e entidades municipais devem disponibilizar na Internet os resumos dos instrumentos de contratos e seus aditivos assinados no mês de março de 2020.	Inc. XX, do artigo 2º, da Instrução Normativa nº 28/1999 do TCU, e § 5º c/c inciso V, ambos do artigo 1º, da Lei nº 9.755/1998.
<b>Até dia 8</b>	Os Gestores da Saúde deverão realizar a atualização e envio da remessa de dados no SCNES – Sistema Cadastro Nacional do Estabelecimentos de Saúde, referente a competência do mês de abril de 2020.  OBS.: O descumprimento do prazo do envio pode ocasionar o descredenciamento de Equipes de Saúde da Família (ESF), por exemplo.	Portaria de Consolidação GM/MS nº 2/2017. Cronograma CNES – 2020.
<b>Até dia 8</b>	Os municípios devedores devem encaminhar à Diretoria de Execução de Precatórios – DEPRE, relatório apontando a quantidade de precatórios cadastrados mensalmente, e que estejam em mora nos termos da Emenda Constitucional nº 94/2016.	COMUNICADO nº 18/2010 e Nota do DEPRE, de 31/08/2010.
<b>Até dia 8</b>	As Prefeituras devem fazer a transferência dos valores equivalentes a 25% das receitas vinculadas à educação referente ao arrecadado no período de 21 a 30 do mês anterior.	§ 5º, do artigo 69, da Lei nº 9.394/1996.
<b>Até dia 8</b>	Os órgãos públicos que possuem servidores segurados do Regime Geral de Previdência Social, devem encaminhar ao sindicato representativo da categoria profissional, cópia da GPS relativa ao recolhimento dos encargos previdenciários da competência anterior.	Inc. V e §§, do artigo 225, e artigo 287, ambos do Decreto nº 3.048/1999.
<b>Até dia 8</b>	As Prefeituras devem encaminhar ao INSS, relação de todos os alvarás para construção civil e documentos de habite-se concedidos no mês anterior.  OBS.: O envio deverá ser feito por meio do SisobraPref, ou outro sistema próprio que gere relatório com o mesmo layout. A ausência de entrega configurará em infrações isoladas que, por economia processual, poderão integrar um único Auto de Infração ou Notificação de Lançamento. A entrega fora do prazo ou apresentação da relação com incorreções ou omissões também configurará a infração.	Art. 50, da Lei nº 8.212/1991; §§ 1º e 2º, do artigo 226, do Decreto nº 3.048/1999, e Portaria MPS/SRP nº 160/2005, observado o inciso V, do artigo 473, da Instrução Normativa RFB nº 971/2009.

**Atenciosamente,**

**GEPAM , 07 de maio de 2020**